

# CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.

## Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ nº 24.068.977/0001-09  
NIRE nº 29 3 0003739-7

---

Endereço: Fazenda Roca de Dentro, S/N, Rod. BR 430, Km 10 - Zona Rural - Bom Jesus da Lapa - BA - 47600-000

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ("São Pedro II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 1. Perfil Institucional

A São Pedro II é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica São Pedro II, com capacidade instalada de 27,0 MW e garantia física de 8,0 MWm, localizada em Bom Jesus da Lapa (BA).

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

### 2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Engie Energia Solar Holding I S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Em 28.10.2023 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. ("EBECP"), controlada direta da ENGIE, na qualidade de compradora, e a GIP Helios II S.A., na qualidade de vendedor, o qual regula a aquisição pela EBECP da totalidade das ações de emissão da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. ("Atlas Renovável") e da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. ("Atlas Holding 2" e, em conjunto com Atlas Renovável, denominadas "Atlas") e, por consequência, das ações de emissão do Conjunto Fotovoltaico São Pedro II detidas pela Atlas.

A operação de aquisição da São Pedro II pela EBECP foi concluída em 06.03.2024, após cumprimento das condições precedentes.

### 3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

### 4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 29,7 GWh e o índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2024 atingiu 90,0%.

## 5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	19.007	30.743	(11.736)	(38,2)
Lucro bruto	8.563	20.494	(11.931)	(58,2)
Margem bruta	45,1%	66,7%		(21,6 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	7.872	20.336	(12.464)	(61,3)
Ebitda (Lajida) <sup>1</sup>	12.227	24.580	(12.353)	(50,3)
Margem Ebitda (Lajida)	64,3%	80,0%		(15,7 p.p.)
Resultado financeiro	(7.518)	(7.528)	10	(0,1)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.345)	10.810	(12.155)	(112,4)

<sup>1</sup> Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

### Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução foi motivada pela geração de energia em quantidade inferior ao ano anterior e consequente decréscimo da quantidade faturada. Essa redução resultou em um aumento no ressarcimento às distribuidoras.

EBITDA: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

## 6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 50% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

## 7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

## 8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

### A Administração

**CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.**  
**CNPJ Nº 24.068.977/0001-09| NIRE Nº 29 3 0003739-7**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.323	35.100
Contas a receber de clientes	5	2.681	2.573
Outros ativos circulantes		190	757
		<b>48.194</b>	<b>38.430</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais	6	883	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		532	-
		1.415	-
<b>Imobilizado</b>	<b>7</b>	<b>100.610</b>	<b>105.996</b>
		<b>102.025</b>	<b>105.996</b>
<b>TOTAL</b>		<b>150.219</b>	<b>144.426</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	1.723	434
Debêntures	10	9.399	8.577
Dividendos	11	2.567	2.567
Ressarcimentos às distribuidoras	12	11.414	645
Outros passivos circulantes		379	970
		<b>25.482</b>	<b>13.193</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	8	99.127	103.076
Provisão para desmobilização	7	2.734	3.936
		<b>101.861</b>	<b>107.012</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	<b>11</b>		
Capital social		15.858	15.858
Reservas de lucros		7.018	8.363
		<b>22.876</b>	<b>24.221</b>
<b>TOTAL</b>		<b>150.219</b>	<b>144.426</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.**  
**CNPJ Nº 24.068.977/0001-09| NIRE Nº 29 3 0003739-7**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>12</b>	<b>19.007</b>	<b>30.743</b>
<b>Custos da energia vendida</b>			
Depreciação e amortização	7	(4.355)	(4.244)
Serviços de terceiros		(2.895)	(3.203)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.750)	(1.891)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(25)	-
Outros		(1.419)	(911)
		<b>(10.444)</b>	<b>(10.249)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>8.563</b>	<b>20.494</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(691)	(158)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>7.872</b>	<b>20.336</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Renda de aplicações financeiras		3.209	2.940
Renda de depósitos vinculados		24	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	10	(10.352)	(10.324)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(209)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(190)	(144)
		<b>(7.518)</b>	<b>(7.528)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>354</b>	<b>12.808</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>13</b>		
Imposto de renda		(1.191)	(1.378)
Contribuição social		(508)	(620)
		<b>(1.699)</b>	<b>(1.998)</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.345)</b>	<b>10.810</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
 (Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.345)</b>	<b>10.810</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.345)</b>	<b>10.810</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.**  
**CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 31.12.2022</b>		<b>15.858</b>	<b>120</b>	<b>1.708</b>	<b>-</b>	<b>17.686</b>
Dividendos intermediários		-	-	(1.708)	-	(1.708)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.810	10.810
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	540	-	(540)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.567)	(2.567)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.703	(7.703)	-
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>11</b>	<b>15.858</b>	<b>660</b>	<b>7.703</b>	<b>-</b>	<b>24.221</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.345)	(1.345)
Absorção de reserva de retenção de lucros		-	-	(1.345)	1.345	-
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>11</b>	<b>15.858</b>	<b>660</b>	<b>6.358</b>	<b>-</b>	<b>22.876</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.**  
**CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	354	12.808
<b>Conciliação do lucro com o caixa das operações:</b>		
Depreciação e amortização	4.355	4.244
Juros e variação monetária sobre debêntures	10.352	10.324
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	209	274
Renda de depósitos vinculados	(24)	-
Outros	(5)	(2.549)
<b>Resultado antes dos tributos ajustado</b>	<b>15.241</b>	<b>25.101</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(108)	(106)
Outros ativos	35	(256)
<b>(Redução) aumento nos passivos</b>		
Fornecedores	1.289	245
Ressarcimentos às distribuidoras	10.769	-
Outros passivos	(970)	10
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>26.256</b>	<b>24.994</b>
Pagamentos de juros sobre debêntures	(4.934)	(5.056)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.315)	(1.944)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>20.007</b>	<b>17.994</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(380)	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(380)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de debêntures	(8.545)	(7.999)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(859)	-
Dividendos pagos	-	(2.278)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(9.404)</b>	<b>(10.277)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.223</b>	<b>7.717</b>
<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo inicial	35.100	27.383
Saldo final	45.323	35.100
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.223</b>	<b>7.717</b>

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 16 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.**  
**CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

## **NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ("São Pedro II" ou "Companhia"), com sede no município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia (BA), foi constituída em 28.01.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte solares e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Usina Fotovoltaica São Pedro II ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia (BA) e possui capacidade instalada de 27 MW<sup>1</sup> e garantia física de 8 MW médios. Em 08.11.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio São Pedro, com participação de 50,00%. O Consórcio São Pedro é responsável pela exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

## **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2025.

### **a) Continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

---

<sup>1</sup> As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

### NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Instrumentos financeiros

##### a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

##### a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

##### a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

##### a.4) Fornecedores

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

##### a.5) Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

#### b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

#### c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

#### d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

#### e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

## f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

## g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

## h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

## i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio São Pedro (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

## j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

## k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23</b>			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24</b>			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

## I) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27</b> Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Orientação Técnica OCPC nº 10</b> A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO <sub>2</sub> e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	11.754	7.659
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	33.569	27.441
	<b>45.323</b>	<b>35.100</b>

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

### NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2024, o saldo de R\$ 2.681 (R\$ 2.573 em 31.12.2023) refere-se aos valores vencidos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

### NOTA 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 883 relativos a processos judiciais de natureza tributária. No exercício de 2019, a Companhia ajuizou processo no Tribunal de Justiça do estado da Bahia objetivando a suspensão da cobrança do ICMS sobre a parcela da TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição), ao qual em dezembro de 2024, na mesma instância, o processo foi julgado procedente a favor da Companhia cabendo a contraparte levantar valores incontroversos. Durante esse período, os valores estão sendo depositados em conta judicial.

## NOTA 7. IMOBILIZADO

### a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	3,8%	123.559	(25.052)	98.507	104.145
Edificações e benfeitorias	3,4%	2.275	(449)	1.826	1.845
Móveis e utensílios	6,3%	7	(2)	5	6
		<b>125.841</b>	<b>(25.503)</b>	<b>100.338</b>	<b>105.996</b>
<b>Em curso</b>					
		<b>272</b>	<b>-</b>	<b>272</b>	<b>-</b>
		<b>126.113</b>	<b>(25.503)</b>	<b>100.610</b>	<b>105.996</b>

### b) Mutaç o do ativo imobilizado

	M�quinas e equipamentos	Edifica�es e benfeitorias	M�veis e utens�lios	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>108.108</b>	<b>1.864</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>109.979</b>
Provisão para desmobiliza�o	261	-	-	-	261
Deprecia�o	(4.224)	(19)	(1)	-	(4.244)
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>104.145</b>	<b>1.845</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>105.996</b>
Ingressos	-	-	-	380	380
Reversão de provisão para desmobiliza�o	(1.411)	-	-	-	(1.411)
Transferências	108	-	-	(108)	-
Deprecia�o	(4.335)	(19)	(1)	-	(4.355)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>98.507</b>	<b>1.826</b>	<b>5</b>	<b>272</b>	<b>100.610</b>

### c) Provisão para desmobiliza o

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobiliza o de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o cáculo do valor presente   6,7% baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autoriza es. O saldo da provisão para desmobiliza o registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 2.734 (R\$ 3.936 em 31.12.2023), a varia o do saldo   decorrente de (i) juros e varia o monetária de R\$ 209 registrada no resultado de 31.12.2024 (R\$ 274 em 31.12.2023) e (ii) redu o de R\$ 1.411 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cáculo da provisão (R\$ 261 de provisão para desmobiliza o em 31.12.2023).

### d) Autoriza o do  rgo Regulador

A Companhia   detentora da autoriza o para explora o da Usina Fotovoltaica São Pedro II, com capacidade instalada de 27 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 02.03.2016.

## NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de materiais e serviços	1.584	434
Encargos de uso da rede elétrica	139	-
	1.723	434

## NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

### a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência das debêntures.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(\*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

Debêntures	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	108.526	(113)	(1.292)	386

### b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	108.526	111.653
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.323)	(35.100)
<b>Dívida líquida</b>	<b>63.203</b>	<b>76.553</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>22.876</b>	<b>24.221</b>
<b>Endividamento líquido / Patrimônio líquido</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>

### c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.723	-	-	-	1.723
Debêntures	13.798	26.905	26.798	66.951	134.452
	<b>15.521</b>	<b>26.905</b>	<b>26.798</b>	<b>66.951</b>	<b>136.175</b>

## e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	33.569	27.441
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	11.754	7.659
Contas a receber de clientes	2.681	2.573
Depósitos judiciais	883	-
	<b>48.887</b>	<b>37.673</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Fornecedores	1.723	434
Debêntures	108.526	111.653
Ressarcimentos às distribuidoras	11.414	645
	<b>121.663</b>	<b>112.732</b>

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

## NOTA 10. DEBÊNTURES

### a) Mutação das debêntures

	Total
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>114.384</b>
Juros e variação monetária	10.324
Amortização do principal	(7.999)
Amortização de juros	(5.056)
<b>Saldos em 31.12.2023</b>	<b>111.653</b>
Juros e variação monetária	10.352
Amortização do principal	(8.545)
Amortização de juros	(4.934)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>108.526</b>
Passivo circulante	9.399
Passivo não circulante	99.127
	<b>108.526</b>

### b) Vencimentos das debêntures apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	9.298
2027	9.678
2028	10.067
2029	10.469
2030	10.898
2031 a 2034	48.717
	<b>99.127</b>

### c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2024
			Vencimento	Principal e encargos	
1ª Emissão - Série 1	111.278	IPCA + 4,40% a.a.	12.2034	Semestral a partir de 06.2020	108.526

### d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (ii) contas reserva do serviço da dívida; e (iii) cessão dos direitos emergentes da autorização; (iv) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto.

### e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2024
Debêntures – 1ª emissão	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) <sup>1</sup> $\geq$ 1,20	0,78 <sup>2</sup>

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

(2) A Escritura de Emissão de Debêntures prevê que o descumprimento do ICSD por 2 anos seguidos ou 3 alternados, num intervalo de 5 anos, é caracterizado como inadimplemento contratual. O exercício de 2024 foi o 1º ano com medição do ICSD abaixo do mínimo.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos

## NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 e 31.12.2023 era de R\$ 15.858, representado por 1.585.900.442 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas pertencendo à controladora ENGIE Energia Solar Holding II S.A.

### b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 50% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2024, a Companhia apurou um prejuízo, razão pelo qual não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2023).

### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2024, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 1.345, absorvido pela reserva de retenção de lucros. Em 31.12.2023, a Administração da Companhia propôs destinar o valor de R\$ 7.703 do lucro do exercício de 2023 para a reserva de retenção de lucros.

## NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	19.727	31.908
	<b>19.727</b>	<b>31.908</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
PIS e Cofins	(720)	(1.165)
	<b>19.007</b>	<b>30.743</b>

Em 2024, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 10.376 (R\$ 1.997 em 31.12.2023), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Ressarcimentos às distribuidoras”, a qual, em 31.12.2024, apresentava saldo de R\$ 11.414 no passivo circulante (R\$ 645 em 31.12.2023).

Conforme previsto nos contratos firmados de leilão de Energia Reserva, a Companhia realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisão de custo de ressarcimento em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. A valoração do custo é realizada através de multiplicação do preço por 106% se a geração for até 10% abaixo do contrato, e 115% se for abaixo de 90%. A apuração da provisão é realizada ao final de cada ano do contrato (12 meses), resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. O valor é atualizado mensalmente ao longo do exercício, e caso a Companhia permaneça com a geração abaixo do volume contratado, irá reconhecer um ressarcimento a pagar. O pagamento é realizado mediante 12 parcelas iguais, diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.

## NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	19.727	19.727	31.908	31.908
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.578	2.367	2.553	3.829
Receita financeira	3.282	3.282	2.940	2.940
Receita extraordinária	-	-	118	118
Base de cálculo	4.860	5.649	5.611	6.887
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.215)	(508)	(1.402)	(620)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(1.191)	(508)	(1.378)	(620)

## NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

### a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 41.312.

### b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 1.919 para o Consórcio São Pedro.

### c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão 7º leilão de energia de reserva (LER), de 28.08.2015, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2024, era de R\$ 405.153.

#### NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Consórcio São Pedro participa da referida apólice no montante de R\$ 276.230 para danos materiais e R\$ 119.873 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025.

#### NOTA 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2024	2023
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(604)	-
Reversão (provisão) de desmobilização	1.411	(261)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.)

## DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner  
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva  
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes  
Diretor Técnico-Operacional

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo  
Contador - CRC SC 038020/O



Shape the future  
with confidence

Tarumã Office  
Rua 7 de Setembro, 1600  
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro  
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil  
Tel: +55 47 2111-0700  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
**Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.**  
Florianópolis-SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 23 de fevereiro de 2024, sem modificação.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future  
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



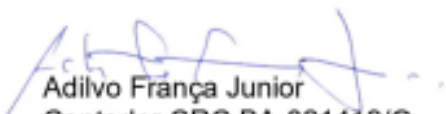
Shape the future  
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SC-000048/F

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC BA-021419/O